

também denominada **EMPRESA LÍDER**, atendendo as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11/10/11, ficando a ela autorizada a assumir responsabilidades, receber instruções, bem como os pagamentos devidos, em nome de todos os demais membros em nome das CONSORCIADAS junto ao ÓRGÃO LICITANTE.

Parágrafo Sexto. As CONSORCIADAS deverão prestar recíproca colaboração em todos os campos, de forma a obter a integração dos serviços e bom desempenho na consecução do presente.

Parágrafo Sétimo. Todas as CONSORCIADAS ficam obrigadas a participar do processo licitatório até seu final. No caso de pretenderem desistir, só poderão fazê-lo não havendo impedimento pelo ÓRGÃO LICITANTE e havendo consentimento das demais CONSORCIADAS.

Parágrafo Oitavo. Ao CONSÓRCIO serão aplicadas as normas do ÓRGÃO LICITANTE e do EDITAL para a execução dos serviços, observadas as especificações e as Normas Técnicas vigentes do DNIT, ABNT e outras pertinentes à obra constantes dos respectivos projetos, com como NBR 6118 – 03/2003 – Projeto de Estrutura de Concreto Armado; NBR 14931 – 04 – Execução de Estruturas de Concreto; NBR 6122 – 04/1996 – Projeto e Execução de Fundações; NBR 8800 – 04/1986 – Projeto de Estruturas de Aço e de Estruturas mistas de Aços e Concretos de Edifícios; NBR 681 n- 03/2003 – Ações e segurança nas estruturas; NBR 10067 – Princípios Gerais de Representação de Desenho Técnico; NBR 8036 – Programação de Sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios.

Parágrafo Nono. Cada consorciada responde pela veracidade e autenticidade dos documentos que apresentar, respondendo pelas consequências, de ordem civil e criminal, caso tal não se verifique, assumindo inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação.

Parágrafo Décimo. Sem prejuízo da responsabilidade prevista no Parágrafo Terceiro desta cláusula, as obras relacionadas ao OBJETO DA LICITAÇÃO serão executadas em conjunto pelas CONSORCIADAS, sem divisão de escopo de serviços, respeitadas as suas respectivas participações no CONSÓRCIO.

Parágrafo Décimo Primeiro. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;

Parágrafo Décimo Segundo. Cada CONSORCIADA é responsável direta e exclusiva por todos os ônus, encargos, prejuízos e obrigações do CONSÓRCIO, respondendo individualmente e solidariamente pelas exigências, inclusive de ordem fiscal e administrativa, pertinentes ao objeto da Licitação, até a conclusão final das obras e serviços, estudos e fornecimento que vierem a ser contratados com o MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, pela COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO – PORTOSRIO, resguardados o direito de regresso entre as CONSORCIADAS.

Parágrafo Décimo Terceira. O CONSÓRCIO e cada CONSORCIADA assume inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a nossa habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos apresentados.